

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2024

Fundação
Joaquim
dos Santos

INDICE

01

NOTA DE ABERTURA

03

ORGÃOS

04

VISÃO. MISSÃO. VALORES

05

ORGANIZAÇÃO INTERNA

09

PORTA DE CASA | CHAVE NA PORTA

16

CASA DO SOL

22

PROJETO PLURAL

34

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA DE ABERTURA

A garantia da sustentabilidade da área da solidariedade social, como elemento estruturante de um Estado social, vital para a democracia, deve ser encarada como uma prioridade, tornando mais explícita a importância das respostas solidárias, de proximidade e de mobilização da sociedade civil, que só as IPSS conseguem proporcionar.

As organizações de economia social assumem uma função relevante ao nível da coesão social, através do combate a diferentes formas de exclusão social, estimulando a criação de emprego e melhorando as condições de empregabilidade. São organizações consideradas como um dos elementos mais significativos na estrutura de governação dos sistemas económicos devido às suas funções crescentes no fornecimento de bens e serviços e na criação de emprego.

Para além do seu peso quantitativo, tem vindo nas últimas décadas a afirmar a sua capacidade de colaborar de uma forma eficaz para a resolução dos novos problemas sociais, reforçando a sua posição como indispensável para o desenvolvimento económico sustentável e estável, adequando os serviços às necessidades, valorizando as atividades económicas ao serviço das necessidades sociais e fortalecendo a democracia económica.

«São economia das pessoas e para as pessoas, com abordagem mais humanista, mais próxima e mais benéfica para os cidadãos, sobretudo, para os que vivem em situações de maior fragilidade social.»

Neste sentido, poder-se-á afirmar que para além de serem garantia de coesão social, são, igualmente, fator de coesão territorial, estando presentes com uma oferta de proximidade de serviços de apoio social em localidades onde mais nenhum outro tipo de entidade está presente.

A primazia das PESSOAS está, em absoluto, manifestada no cariz da sua atuação, o apoio social à família, crianças e jovens, idosos e integração social e comunitária...

Por detrás de cada projeto social, existem inúmeras histórias de vida transformadas, de esperança reavivada e de dignidade restaurada.

Lamenta-se, por isso, que o individualismo que estes tempos acalentam e a pouca e má qualidade informativa que cada um retém, faça com que muitas comunidades tenham uma noção mitigada do impacto real e palpável que estas organizações têm no terreno levando à subvalorização do contributo das instituições sociais no panorama nacional e na vida de cada indivíduo impactado.

Este desconhecimento conduz a um distanciamento entre o cidadão comum e o trabalho desenvolvido por estas entidades. É, por isso, imperioso uma maior consciencialização e um envolvimento mais profundo dos cidadãos no trabalho e na ação destas organizações.

A sociedade civil não pode ser um mero espectador. Deve assumir um papel ativo, seja na divulgação, na disponibilização para ser parte ativa ou até mesmo no apoio financeiro.

As IPSS contribuem para promover uma sociedade respeitadora das pessoas e a solidariedade indispensável à sobrevivência dos mais discriminados e abandonados, e são muitas vezes as únicas entidades a dar-lhes voz e ferramentas concretas para a vida.

Capazes de se adaptarem e reinventarem, criam soluções inovadoras para, de uma forma criativa e eficiente, dar resposta aos problemas sociais, evidenciando o seu carácter empreendedor, alicerçado nos valores da solidariedade, igualdade e não discriminação, coesão social, justiça e equidade, transparência, responsabilidade individual e social e subsidiariedade.

O conhecimento superficial do setor e da sua complexidade, conduz, muitas vezes, a visões fortemente estereotipadas e preconceituosas de que é um o setor apenas caritativo, que não produz riqueza e vive de subsídios estatais, quando a perspetiva deveria ser a de que o Estado está apenas a pagar um valor pelos serviços prestados muito inferior ao que é cobrado na atividade privada lucrativa, ou ao custo que ele teria para o Estado, se fosse prestado diretamente pela administração pública.

Sobreviver aos desafios da modernização e do profissionalismo que se impõem e prosseguir na missão de prestar serviços com, cada vez, mais qualidade e exigência, é um esforço permanente de equilíbrio, estratégia e “governance”.

«Nessa medida, os protagonistas da economia social estão obrigados a aperfeiçoar-se cada vez mais na prossecução dos seus objetivos, corrigindo erros e potenciando virtudes, no respeito sem mácula pela sua identidade histórica e pela fidelidade persistente à sua ambição humanista e emancipatória quanto ao futuro.» (Rui Namorado, in “Valorizar a Economia Social”)

ORGÃOS

Conselho de Administração

Dr.ª Célia Franco (Presidente)
Eng.º Carlos Pimental (Secretário)
Eng.º José Santos (Tesoureiro)

Conselho Geral de Amigos

Professor Dr. Correia de Campos (Presidente)
Dr.ª Célia Franco
Eng.º António Pedro Araújo
Eng.º Francisco Correia
Dr. José Pedro Saraiva
Sr. Alberto Ascensão
Sr. Gonçalo Abreu
Dr. José Arimateia
Dr.ª Ana Teresa Girão

Administradora Executiva

Dr.ª. Célia Franco

Conselho Fiscal

Eng.º António Pedro Araújo (Presidente)
Eng.º Francisco Correia
Dr. José Arimateia

VISÃO

Ser uma entidade de referência e alargar a sua implantação, reforçando o posicionamento já conquistado.

Comprometer-nos com elevados níveis de qualidade de serviço, boas práticas de relacionamento e cuidada atenção com os nossos residentes, utentes e seus familiares.

Queremos ser:

Uma organização de sucesso e cumpridora;

Uma marca e uma imagem reconhecida e respeitada por todos;

Um exemplo de boas práticas no mercado.

MISSÃO

A Fundação Joaquim dos Santos, sediada na freguesia de Torredeita (Viseu), é um projeto de desenvolvimento local que persegue fins de interesse social, de caráter educativo, cultural, proteção social e solidariedade, através da criação e manutenção de diferentes respostas sociais, educativas e de serviço público, integradas nas valências que compõem a sua estrutura orgânica.

É uma instituição sem fins lucrativos que prossegue a missão de prestar serviços de excelência, de reconhecido valor, num compromisso com a construção, o desenvolvimento, a justiça e o progresso social.

VALORES

No desenvolvimento da nossa atividade assumimos o compromisso de submeter os nossos comportamentos e decisões ao absoluto respeito de valores e princípios éticos que queremos integrantes da nossa cultura, enquanto Fundação;

Respeito pela individualidade própria de cada um dos nossos utentes e pela sua dignidade enquanto pessoas frágeis e vulneráveis;

Profissionalismo, Responsabilidade e Rigor na prestação de serviços e em todos os relacionamentos com residentes e respetivos familiares, utentes, fornecedores, colaboradores, entidades oficiais;

Melhoria contínua com vista ao permanente aperfeiçoamento dos serviços prestados aos nossos residentes e utentes querendo, sempre, fazer mais e melhor;

Competência e talento, estamos focados nos resultados positivos e acolhemos com entusiasmo a contribuição dos melhores profissionais, promovendo o seu desenvolvimento;

Responsabilidade Social fomentando as boas práticas ambientais, promovendo princípios de equidade e de solidariedade sempre que possamos acrescentar valor pela nossa intervenção.

ORGANIZAÇÃO INTERNA



Desenvolver uma Cultura de Crescimento e Compromisso:

Criar um ambiente de trabalho que promova o respeito, a colaboração e o apoio mútuo para aumentar significativamente a motivação de todos e conduzir a uma Cultura Organizacional Positiva.

Fomentar a versatilidade e diversidade:

Implementar políticas de recrutamento que visem atrair candidatos de diferentes origens e experiências aumentando a diversidade da equipa e promovendo um ambiente inclusivo e diversificado que alargue as perspetivas e a visão de cada um.

Cultivar a Transparência:

Manter todos os colaboradores informados e alinhados com as metas e desafios enfrentados pela organização promovendo a unidade e a confiança.

Incentivar a Autonomia:

A autonomia promove a responsabilidade e encoraja soluções inovadoras para os desafios enfrentados pela equipa.

Inspirar através da ação

Fazer com que as atitudes e comportamentos da liderança impactem os elementos da equipa. Transmitir a paixão pelo trabalho, o entusiasmo e a motivação.



Construir,
melhorar,
pensar no futuro,
encontrar
soluções.

Enfrentar a realidade com realismo e honestidade.



Encorajar a Inovação:

Criar um espaço seguro onde os colaboradores possam compartilhar ideias sem medo de julgamento incentivando a experimentação e aceitando as falhas como reforço da criatividade.

Fornecer Feedback Constante e Construtivo:

Promover sessões regulares de feedback permitindo o ajuste contínuo de estratégias e metodologias, alinhando as expectativas e melhorando os desempenhos.

Comunicar eficazmente

Estar sempre disponível para uma compreensão profunda e atenta das necessidades dos colaboradores mantendo diálogos regulares de modo a perceber os desafios e aspirações da equipa.

Ouvir para motivar.

Reconhecer e recompensar o desempenho:

Reconhecer o esforço e as conquistas dos colaboradores. Implementar formas de reconhecimento que mostrem aos colaboradores como o seu trabalho é valorizado. Enaltecer conquistas individuais e coletivas

Estabelecer metas claras e desafiadoras:

Definir Metas claras e desafiadoras que proporcionem aos colaboradores um sentido de propósito e orientação.

Estabelecer metas alcançáveis, que desafiem os colaboradores a esforçarem-se para melhorar o seu trabalho.

Empatia. Colocar-nos no lugar do outro...



Priorizar o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores:

Desenvolver as habilidades e competências dos colaboradores é um investimento direto no futuro.

Investir em programas de formação e desenvolvimento profissional ajudando os colaboradores a adquirirem novas competências e a sentirem-se mais capacitados para enfrentar desafios no trabalho.

Promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional:

Promover políticas que promovam a flexibilidade do trabalho dos colaboradores.

Manter um equilíbrio saudável entre a vida profissional e pessoal, reduzindo o stress e aumentando a satisfação no trabalho, a motivação e a produtividade.

Alinhar os valores pessoais dos colaboradores com os objetivos da FJS, criando um sentido profundo de pertença e significado

Oferecer formação e desenvolvimento contínuo:

Valorizar o crescimento contínuo e a melhoria mútua. Desenvolver uma cultura de crescimento promovendo um ambiente onde os colaboradores se sentem seguros para experimentar, aprender e crescer, tanto pessoal como profissionalmente.

PORTA DE CASA | CHAVE NA PORTA



09

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

01.

Ser uma instituição do terceiro sector reconhecida como uma estrutura de referência nos cuidados aos idosos.

02.

Prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos idosos e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar.

03.

Prestar um serviço de excelência, onde privilegiamos relações personalizadas, baseadas no conhecimento e acompanhamento multidisciplinar.

04.

Estabelecer uma relação de confiança com as famílias e estimular o seu envolvimento na melhoria da qualidade devida dos indivíduos.

05.

Ter o reconhecimento da comunidade e ser um parceiro estratégico;

06.

Aumentar a eficiência dos recursos humanos, investindo na sua formação.

Queremos todos experienciar o envelhecimento como uma nova fase e vivido de forma ativa, com a participação contínua nas questões familiares, sociais, culturais, espirituais, económicas e civis, e não apenas centrados na forma como estamos fisicamente.

Usufruir de um envelhecimento ativo e saudável também não depende apenas das questões da saúde, mas, principalmente, das ações, funções, relações e responsabilidades de cada pessoa. Por isso, cada um é um agente importante na promoção do seu próprio envelhecimento.

Para tal é necessário prevenir a doença e a incapacidade, mas também otimizar o funcionamento psicológico e cognitivo, fazer o apoio físico e maximizar a vontade de viver, mantendo a autonomia, o que implica, mesmo, a participação social.

Garantir um envelhecimento ativo à população idosa implica manter a cidadania, com a participação da pessoa na sociedade, na comunidade e no grupo de forma útil, sentindo que continua a fazer parte, intervindo e contribuindo.

De forma unânime, defende-se, hoje, que a panóplia de serviços disponibilizada pelas instituições, além de colmatar necessidades básicas (alimentação, higiene pessoal e habitacional, lavandaria) deve assegurar cada vez mais a autonomia, saúde e bem-estar, promover hábitos de lazer, comunicação e participação ativa do idoso em sociedade.

Mais do que cuidados básicos, os idosos são cidadãos que têm direito a ter uma vida e, independente das perdas que a idade lhes acarreta, querem e devem ter em todas as circunstâncias apoios e suporte para um envelhecimento ativo e fornecedor de qualidade de vida.

Assumir a gestão de um lar de idosos e, sobretudo, assegurar a qualidade da prestação de cuidados e por essa via a dignidade e a cidadania dos idosos, tornou-se um exercício de serviço e coragem, que o setor estoicamente tem prestado, mas cujo desfecho estava e está, a prazo, fixado se nada se fizer e ou alterar.

O atual modelo não consegue fazer o reconhecimento efetivo da realidade dos idosos, desde as suas capacidades, diferenças, complexidades e necessidades nos vários escalões, tipologias e funcionalidades.

Os lares são hoje residências de pessoas com muitos anos, duas ou mais doenças crónicas, deterioração cognitiva e mesmo perda funcional grave, necessitadas de cuidados interdisciplinares, cuidados de saúde e, em determinada altura, de cuidados paliativos e sempre bio-psico-sociais, de acordo com as suas necessidades ao longo do processo de envelhecimento.

Com os recursos e limitações que temos, procuramos uma organização diferenciadora que rejeite os horários e regulamentos rígidos e inflexíveis que tendem a encarar o utente apenas como um recetor de serviços, não promovendo a construção de relações de qualidade, intensas e significativas entre os elementos da instituição e a pessoa cuidada. Não fosse a afetividade e a ternura dos colaboradores e as respostas apenas promoveriam cuidados essenciais.

As regras “excessivas” contribuem para a fragilização da identidade do indivíduo e fomentam reações defensivas que aceleram o processo de envelhecimento, uma vez que não salvaguardam a privacidade do indivíduo, não promovem a sua participação no processo de cuidado, nem a opção de escolher, e não valorizam o indivíduo enquanto ser relacional e de afetos, preocupando-se apenas com a tarefa...

Prevalecem, para nós, a privacidade, o tratamento personalizado, a liberdade de escolha e de decisão, a promoção de relações interpessoais socialmente válidas.

Recusamos, por isso, um modelo obrigado a cumprir normas que se centra nas equipas e não nos utentes.

Como a qualidade de vida é um conceito multidimensional que pressupõe a correlação de diferentes componentes e condicionantes, cuja relevância dependente não só de parâmetros sociais, como individuais, esta não pode ser garantida com um quotidiano de regras rígidas, horários fixos e procedimentos rotineiros, iguais para todos os idosos.

Como a qualidade de vida é um conceito multidimensional que pressupõe a correlação de diferentes componentes e condicionantes, cuja relevância dependente não só de parâmetros sociais, como individuais, esta não pode ser garantida com um quotidiano de regras rígidas, horários fixos e procedimentos rotineiros, iguais para todos os idosos.

Inúmeros normativos em vigor, de diversas áreas ministeriais, que vão desde a fixação de horários para refeições à restrição de utentes na cozinha, à proibição da coexistência com animais de estimação, a modelos de fiscalização que apenas contabilizam quantitativamente tarefas, horas e número de recursos humanos executantes, descurando totalmente a qualidade relacional dentro das estruturas residenciais ou o nível de satisfação dos utentes, terão que reverter-se para almejar uma perspetiva de Futuro.

Uma mudança incentivadora de uma cultura radicada na constante preocupação pelo respeito, promoção e defesa dos direitos humanos dos residentes, base fundamental do seu bem-estar e qualidade de vida.

As famílias que, muitas vezes, exigem a “guarda” do seu idoso, terão, igualmente, que entender a institucionalização de uma outra maneira. Desde o primeiro momento devem ser envolvidas e responsabilizadas nas respostas para o envelhecimento, tendo um papel muito importante uma vez que, melhor que ninguém, conhece o trajeto e evolução da situação do residente.

Às instituições caberá a determinação em garantir a participação dos residentes no quotidiano da ERPI enquanto estratégia de funcionamento basilar para estreitar laços e reforçar o sentimento de pertença.

Garantir formação e capacitação de todos os colaboradores criando, neles, a clara convicção de que saber executar a tarefa é tão importante como entender e avaliar o impacto que ela terá na pessoa cuidada.

A mesma mudança conceptual terá que ser aplicada ao apoio domiciliário que deve emergir como prioritário, antes do acolhimento em lar, de forma a manter com segurança e conforto os idosos nas suas casas o maior período de tempo possível.

A nova geração de idosos procura serviços diferenciados que vão ao encontro das suas necessidades básicas, mas também de lazer, socialização e manutenção da qualidade de vida enquanto recurso ativo na sociedade.

O modelo, em vigor, que exige a contratualização mínima de dois serviços para aceder à comparticipação da Segurança Social, insta, nalguns casos, as famílias a optar pela institucionalização por a oferta disponível não corresponder ao que precisam.

Também, nesta valência, a FJS tem investido, particularmente, na diferenciação. Procuramos ajudar a manter a normal qualidade de vida dos utentes em casa, mas não descuramos os afetos, as interações zelosas e delicadas, as necessidades particulares e individuais.

Temos crescido significativamente o número de clientes e pensamos ser nesse modo de cuidar que tem estado o nosso êxito.

Julgamos que nestas duas respostas nos temos aproximado, cada vez mais, de um modelo de funcionamento assente nos princípios da gerontologia moderna alicerçado nos direitos humanos como a proteção da vida, o respeito pela autonomia e a liberdade.

Plano de Atividades



É no sentido de servir os eixos estratégicos que formulámos, que o Plano de Atividades é delineado e programado:

Na perspetiva dos utentes, desenvolve-se em torno de ações que potenciem as suas capacidades físicas, cognitivas e funcionais para que, de forma positiva consigam influenciar a sua autoestima e desenvolvimento pessoal, bem como, minimizar e retardar os efeitos negativos decorrentes do processo de envelhecimento e os sentimentos de perda que a institucionalização sempre acarreta.

Na perspetiva das famílias, criar todas as condições que mantenham e estreitem a relação com os seus idosos, promovendo um conjunto de iniciativas que os tragam ao Lar, participando e acompanhando atividades do quotidiano ou promovendo outras que lhes pareçam interessantes e estejam disponíveis para dinamizar.

Na perspetiva dos Recursos Humanos, a constante formação dos colobaradores foi considerada determinante pela extraordinária importância que assume no processo de melhoria contínua que prosseguimos, na aquisição de conhecimentos que os tornem , cada vez mais, proficientes no desempenho do seu trabalho e, também, na implementação de momentos e encontros que reforcem a identidade e cultura organizacional e mantenham níveis de motivação e reconhecimento elevados.

As atividades desenvolvidas são de carácter semanal (atividade física, música sénior, jogos e atividades de estimulação cognitiva e psicomotora, comemoração de datas festivas, cinema português, entre outras) outras são pontuais e incluíram visitas a Museus (Grão Vasco, Almeida Moreira), Exposições e (Casa da Ribeira, Quinta da Cruz), idas ao Teatro Viriato (“A Viagem” de Filipa Francisco).

As atividades escolhidas procuram promover no idoso a sua autoestima, autoconceito e bem-estar, retardar ou estabilizar o seu processo de envelhecimento, oferecer momentos de participação ativa e de socialização, contrariar o sentimento de abandono, fomentar tempos de distração e boa disposição, promover a troca de experiências, bem como, estimular as competências cognitivas e de motricidade.

Para o Serviço de Apoio Domiciliário, no plano de ação desenvolvido em 2024, foram definidos objetivos específicos para melhorar a qualidade do serviço. Foi introduzido o envio da ementa semanal a todos os clientes, a oferta de um miminho todas as sextas-feiras, para além de visitas regulares não só da Diretora Técnica, mas também da cozinheira a todos os idosos que recebem a refeição, para conhecer melhor os seus gostos e especificidades na confeção da refeição.

O nível de satisfação dos utentes que utilizam os serviços SAD foi avaliado através de um Questionário de Satisfação realizado, cujo resultado final foi de muito bom.

CASA DO SOL

16

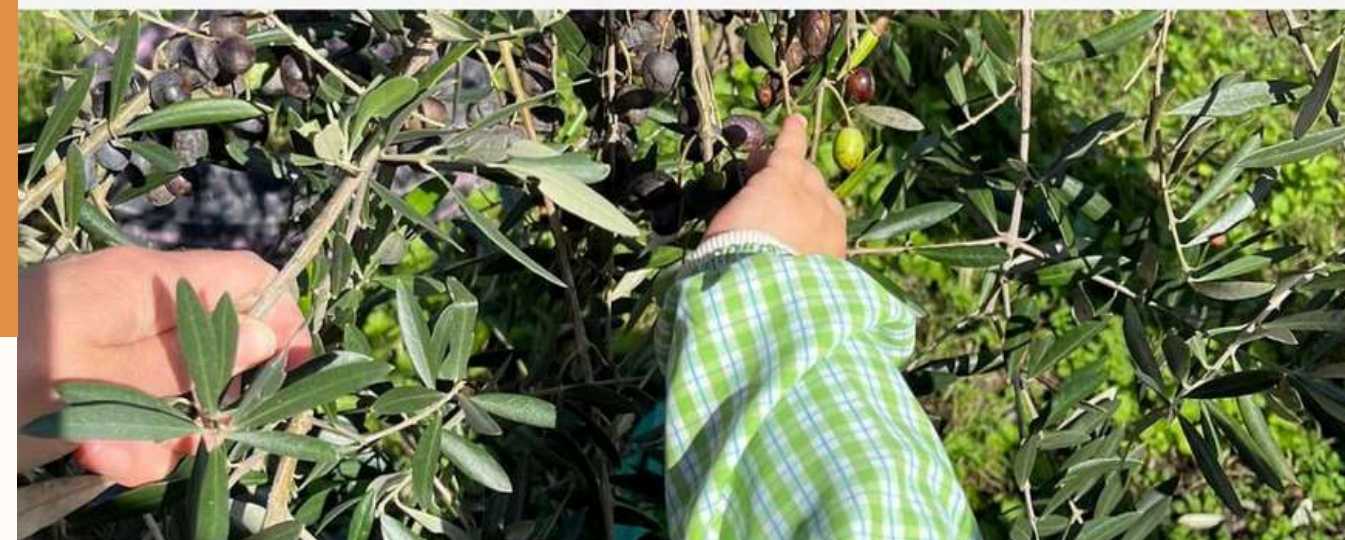


“

Ter esperança em que através da minha ação eu vou fazer uma escola melhor, pessoas melhores, mais sabedoras, solidárias, mais comprometidas com a equidade e a inclusão. Ter esperança não é esperar. É agir, é fazer, é interagir para criar laços de humanidade e fazer do saber (dos saberes) instrumentos de emancipação que permitam a realização máxima possível de todos os seres que nos são confiados

Paulo Freire

”



Objetivos Estratégicos

Ter um Modelo Pedagógico que Promova um Ensino de Qualidade e Prepare para o Sucesso Educativo.

Ser uma Instituição de ensino que zele pela Inclusão e Equidade e Contribua para a Igualdade de Oportunidades.

Educar para os Valores e para a Cidadania desenvolvendo as competências de participação ativa das crianças.

Estabelecer uma Relação de Confiança com as Famílias e estimular o seu Envolvimento no Processo Educativo.





A concretização do Plano Anual de Atividades é uma tarefa que diz respeito à comunidade educativa através da participação dos vários intervenientes no processo educativo.

A maior parte das atividades planificadas e realizadas implicou o respeito pelos saberes vivos ligados às práticas que permitiram às crianças interagir sobre o mundo, ou seja, aprender a utilizar os saberes em ação.

Deste modo, tornou-se necessário criar contextos situacionais diversificados que envolvessem os conhecimentos adquiridos nas diferentes áreas de conteúdo, mas que também ultrapassassem esses limites e permitissem outras aprendizagens.

Procurou-se, assim, enriquecer a cultura das nossas crianças, oferecendo novas formas de ver, interpretar, perceber e decodificar o mundo.

As atividades projetadas foram concebidas em torno dos objetivos estratégicos da Casa do Sol e relacionados com os conteúdos e com as metas de aprendizagem definidas no currículo.

Este caminho tem procurado a oportunidade de potenciar a abertura a diferentes mundos possíveis.

Articula-se a “escola”, o currículo, os conteúdos, o território, a comunidade, o património e a cultura local.

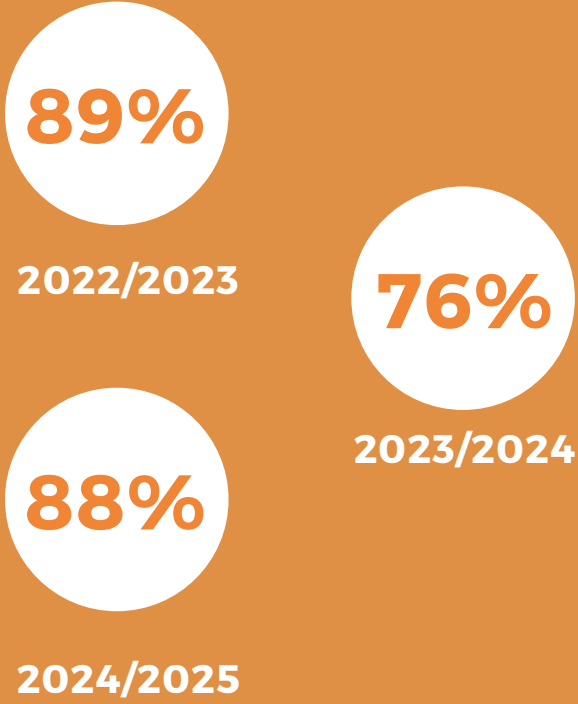
Promove-se uma escola conectada, aberta e criativa, em linha com os principais documentos de referência para o Pré-escolar.

O processo educativo desenvolve-se numa interação entre as crianças e as educadoras, caminhando para o diálogo que gere expectativas e que cria aprendizagens significativas.

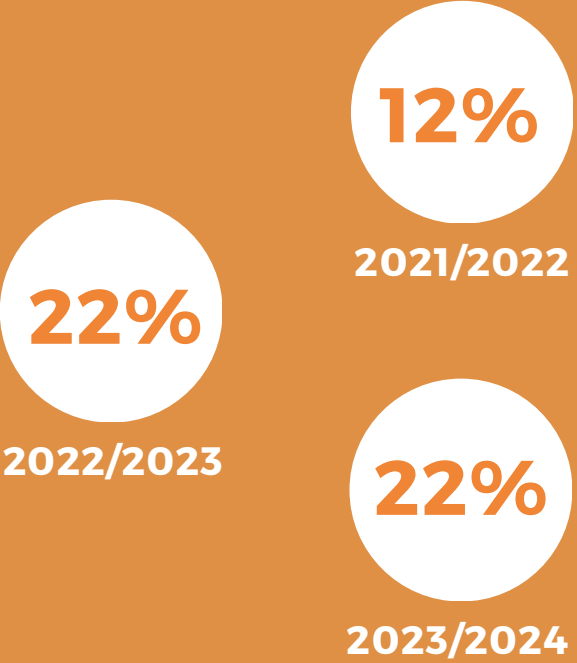
Deste modo, o crescimento escolar faz-se através da participação numa perspetiva de complementaridade e comunhão entre crianças, pais e educadoras.

A interação de toda a comunidade educativa faz da Casa do Sol um espaço de educação total.

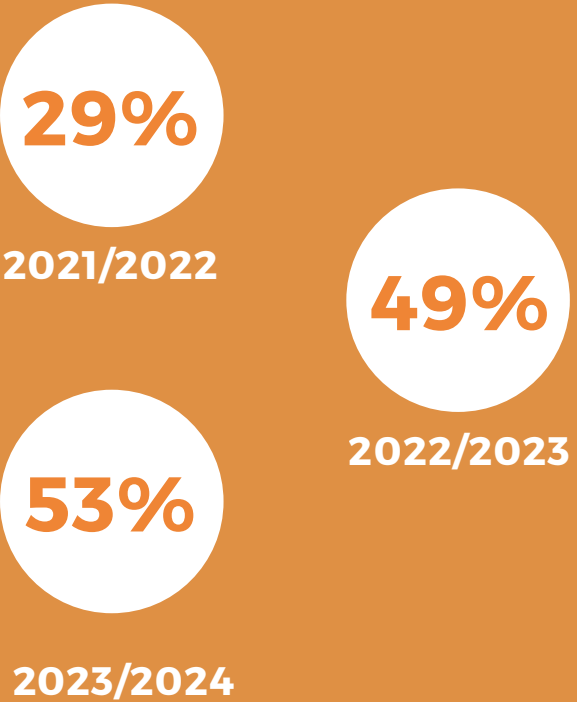
% DE CRIANÇAS QUE
VIERAM DA CRECHE PARA
O PRÉ-ESCOLAR



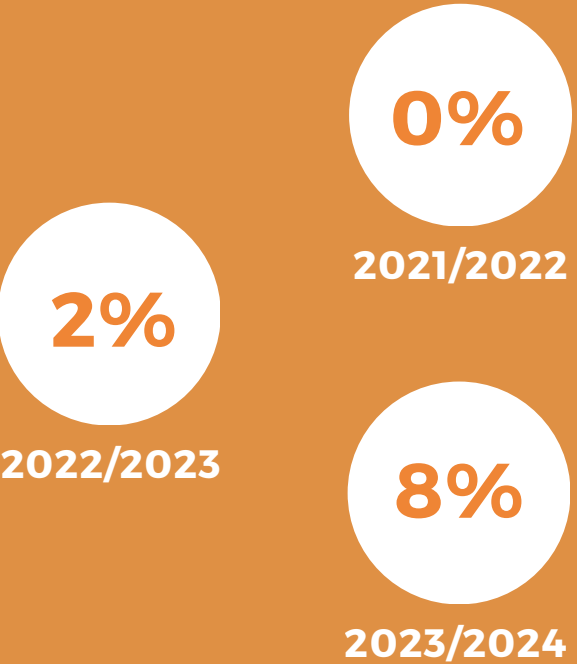
% DE CRIANÇAS A
FREQUENTAR O PRÉ-
ESCOLAR FILHAS DE
FUNCIONÁRIOS FJS



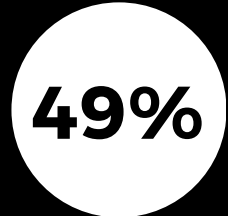
% DE CRIANÇAS A
FREQUENTAR O PRÉ-
ESCOLAR CIRMÃOS NA
FJS



% DE CRIANÇAS
ESTRANGEIRAS A
FREQUENTAR O PRÉ-
ESCOLAR



% DE CRIANÇAS QUE
FREQUENTA O PRÉ-
ESCOLAR E UTILIZA
TRANSPORTE FJS



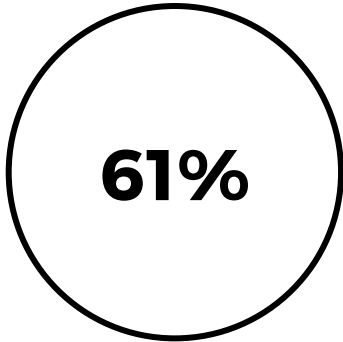
2021/2022



2022/2023

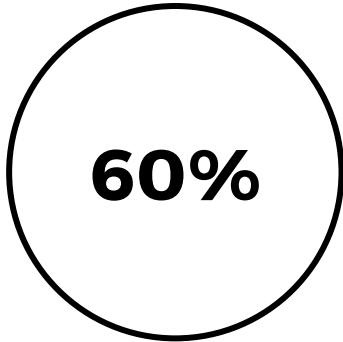


2023/2024



2022/2023

CRIANÇAS QUE
ATINGINDO A
IDADE SEGUEM DO
BERÇÁRIO P| A
SALA DOS 2 ANOS



2023/2024

Uma visão integradora e holística definida no
Projeto Educativo:

Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;

Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;

Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;

Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;

Proceder à despistagem de inaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança; Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade



22

PROJETO PLURAL

A Escola Profissional Projeto Plural promove a integração de múltiplas linguagens e abordagens pedagógicas, permitindo aos alunos compreender que não há uma única resposta ou fórmula para a realidade.

A diversidade de abordagens facilita uma compreensão mais ampla e profunda dos fenómenos, ajudando a construir uma visão mais completa da realidade. Adotamos uma perspetiva que valoriza a educação para a cidadania, incorporando no currículo temas e preocupações transversais à sociedade.

Estimulamos um espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, contribuindo para a formação de indivíduos solidários e responsáveis, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres com respeito pelos outros.

A escola também alerta os alunos para grandes causas sociais, promovendo a consciência cívica e o papel de cada um na comunidade. Através de projetos e iniciativas, fomentamos a aprendizagem e a descoberta de valores, reforçando o compromisso com a comunidade e com os outros.

Procuramos uma abordagem pedagógica que assente na diferenciação pedagógica e no ensino individualizado, fundamentais para garantir uma educação inclusiva e personalizada.

Adaptamos as estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo um ambiente onde todos possam desenvolver o seu potencial máximo.

Este modelo pedagógico considera a singularidade e a diversidade dos alunos, oferecendo suporte individualizado que permite a cada um progredir de acordo com as suas aptidões e interesses.

O objetivo é construir uma personalidade sólida e uma integração plena na sociedade, valorizando a dimensão do contacto entre culturas e o enriquecimento mútuo.



PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS

JOVENS REPÓRTERES PARA O AMBIENTE (JRA)

Contribuir para o exercício de uma cidadania ativa e participativa, enfatizando a vertente do jornalismo ambiental; Levar os jovens a investigar (através de entrevistas, inquéritos, etc.) e interpretar questões ambientais / de sustentabilidade relevantes, tanto a nível local como global; Consciencializar os jovens para a suma importância de elaborar trabalhos de teor jornalístico, apoiando-se em factos e não somente em opiniões; Promover a capacidade de escrita e o desenvolvimento de competências fundamentais para o exercício do trabalho jornalístico; Reportar as preocupações de sustentabilidade;

PROGRAMA ECO-ESCOLAS

Aumentar o conhecimento (Sensibilização, Divulgação, Informação em Educação Ambiental/ EDS); Integrar a Educação Ambiental para a Sustentabilidade; Contribuir para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030-ONU);

Contribuir para o progresso na escala da literacia ambiental através do recurso a metodologias participativas de exercício da cidadania;
Continuar a melhorar a gestão ambiental da escola.
Renovação do Galardão 2024

A MAIOR LIÇÃO DO MUNDO

Uma iniciativa internacional, promovida pela UNICEF Portugal em colaboração com a Direção-Geral da Educação, que pretende dar a conhecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a todas as crianças e jovens e promover uma maior consciencialização do papel de cada um na construção de um mundo mais seguro, mais saudável e mais sustentável.

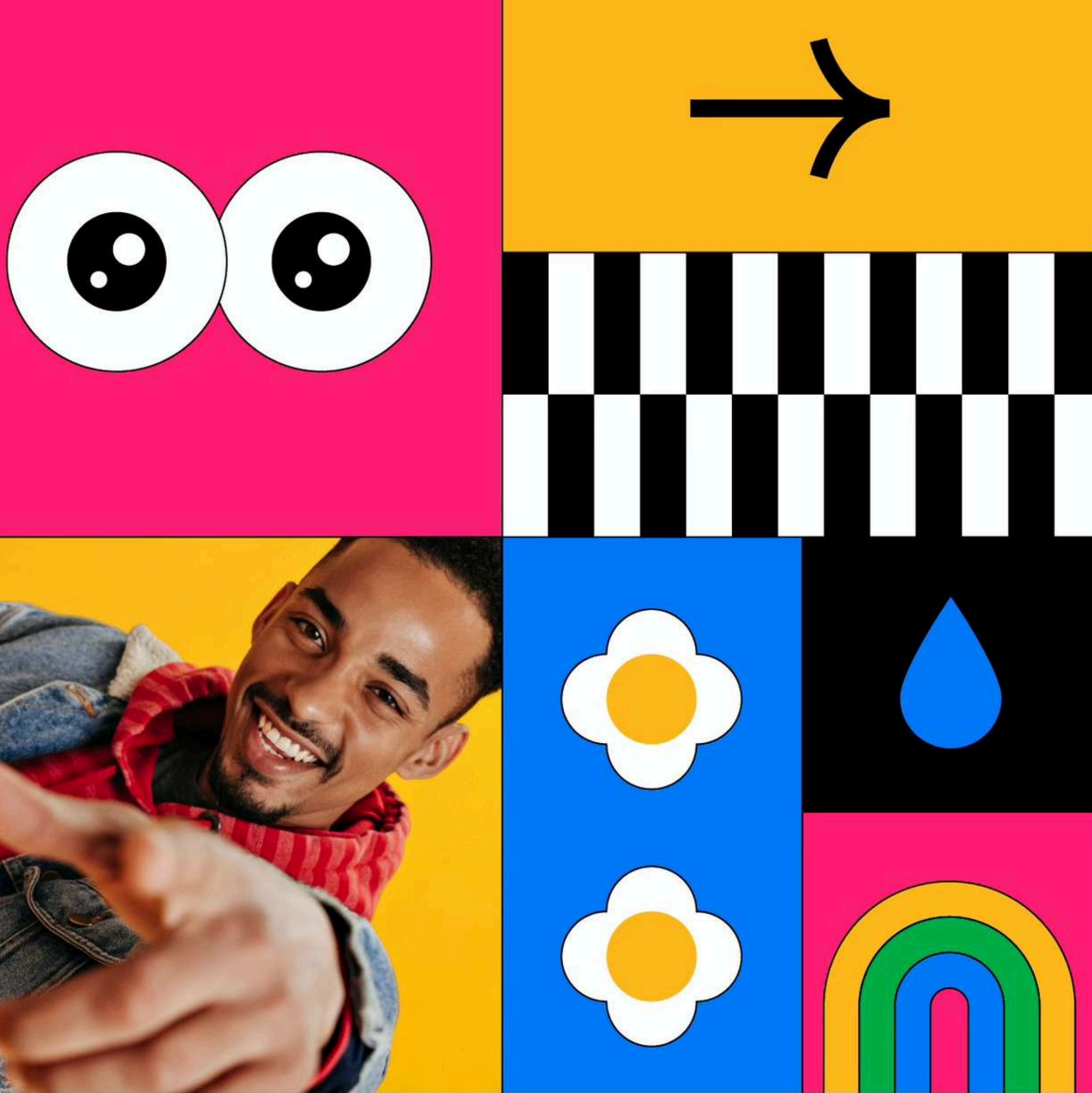
A concretização dos ODS dependerá não apenas do compromisso dos governos, mas também do envolvimento dos cidadãos

PODCAST

Podverde | Minuto Renovável.

Uma equipa de alunos + Plural, edita no Instagram um Podcast que pretende...

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL



TWIST

26

TWIST, ENERGIA EM MOVIMENTO, ERSE SU ELETRICIDADE

A Escola ganhou o 1º Prémio Nacional.

Promover a literacia energética para a participação cívica ativa; Colocar a energia no centro do combate às alterações climáticas e na promoção do desenvolvimento sustentável; Responsabilizar os jovens pelo futuro do planeta envolvendo-os na construção de ações que os impliquem para a contribuição para o desenvolvimento sustentável; Elaborar parcerias que impliquem o envolvimento ativo dos jovens na procura de soluções e respostas face aos problemas com que se deparam; Criar condições para a construção de um movimento que lute pelo desenvolvimento sustentável, cooperando com o propósito de gerar uma ação comum; Mostrar como uma estratégia, a criatividade e a comunicação se podem tornar numa missão; Apoiar na criação de parcerias para que o movimento criado possa sair da escola e ganhar expressão na comunidade; Ajudar a levar o movimento à rua e a garantir o seu impacto no futuro; Envolver a comunidade na ação climática.

PARLAMENTO DOS JOVENS “VIVER ABRIL NA EDUCAÇÃO: CAMINHOS PARA UMA ESCOLA PLURAL E PARTICIPATIVA”

DGESTE | IPDJ | AR

Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política; Dar a conhecer a Assembleia da República, o significado do mandato parlamentar, as regras do debate parlamentar e o processo de decisão do Parlamento, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses; Promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões; Incentivar a reflexão e o debate sobre um tema, definido anualmente; Proporcionar a experiência de participação em processos eleitorais; Estimular as capacidades de expressão e argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria; Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetem o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político.

ESPECTADOR EMANCIPADO

Colectivo 84 Coordenação de Beatriz Wellenkamp

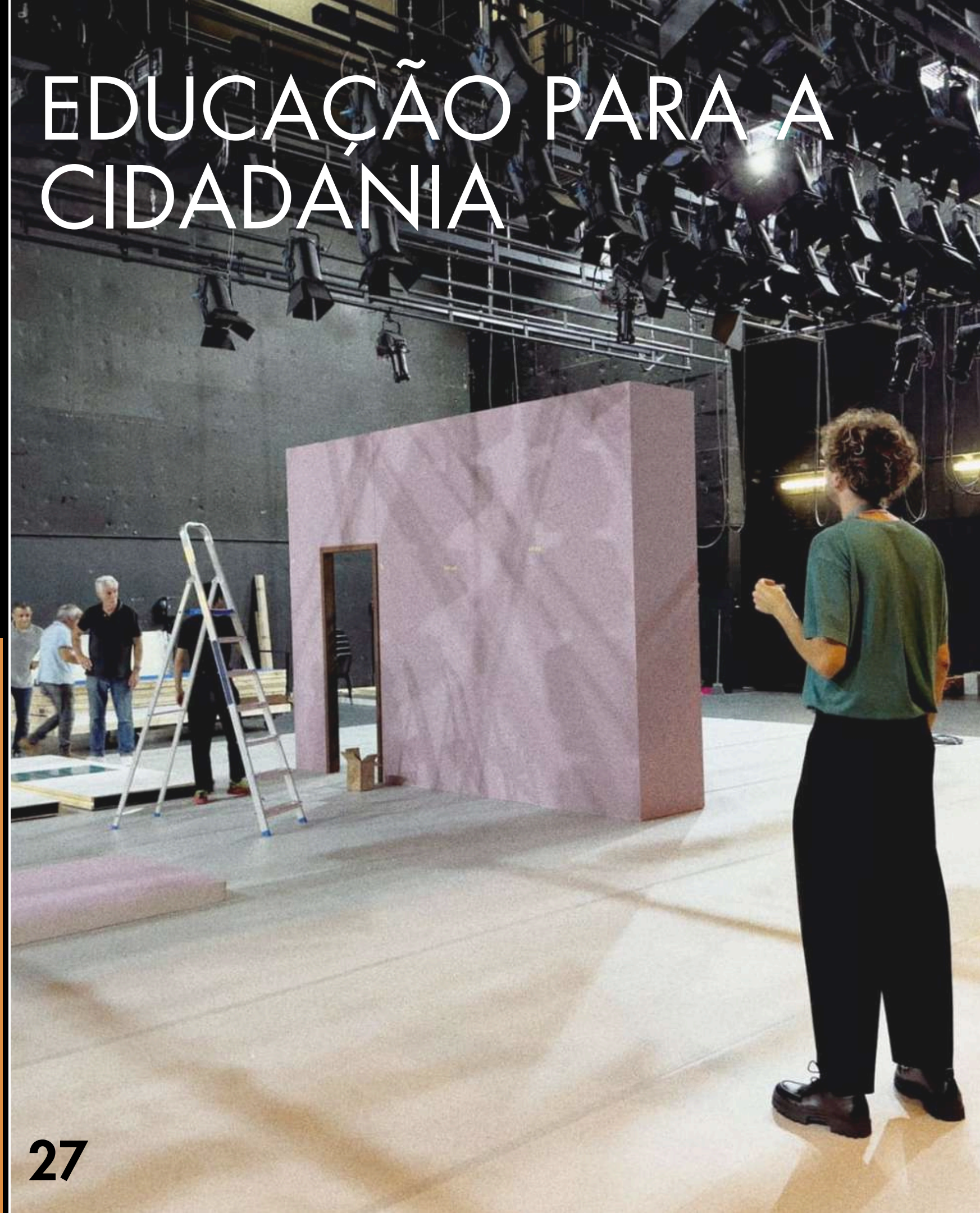
Elogio do espetáculo no qual se incita o espetador a afirmar a sua capacidade de ver e analisar o que vê; Trazer o espectador como participante ativo com um papel construtivo na construção do espetáculo.

O poder de escolher.

Tomar uma posição crítica face à democracia do consumidor egoísta e ao espetáculo fundado sobre a passividade do espectador. O espectador no centro do palco não apenas como um sujeito passivo perante um objecto artístico a consumir (e a aplaudir), mas como alguém que pode fazer coisas (construir referências, por exemplo) a partir de um manancial de objectos artísticos, culturais, sociais e políticos. Só assim perceberemos que também há lugar para o espectador neste palco.

A Escola foi seleccionada para integrar um reduzido círculo de experimentação.

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA



COMUNIDADE. CULTURA E ARTE



VNBM arte contemporânea

DIZER POESIA | 500 ANOS DE CAMÕES

Celebrar a poesia dando palco e visibilidade a jovens “artistas” viseenses; Mostrar a importância da prosódia; Transformar o espaço público numa galeria a céu aberto cruzando poesia, artes performativas de rua e intervenção artística. Novamente o 1º Prémio ganho por uma aluna da Escola nesta 3ª Edição.

GALERIA VNBM – ARTE CONTEMPORÂNEA

INTRODUÇÃO À ARTE CONTEMPORÂNEA CRIADA A PARTIR DO TERRITÓRIO | VISEU; EXPOSIÇÃO COLETIVA ÉTER

Com obras de André Cepeda; Dayana Luca; João Queiroz; Gabriela Albergaria; Odete; Diogo Pimentão; Pedro Tudela; Marisa Benjamim - percurso de cada artista, o seu corpo de trabalho e as técnicas utilizadas na criação das suas peças e obra. Questionamento e reflexão sobre o território a partir da arte contemporânea.

O DESENHO/ESCULTURA: A fisicalidade e a Ilusão – Diogo Pimentão

Os alunos participaram numa oficina.

Com uma folha de papel, um stick de grafite e com alguma resistência física, os participantes serão desafiados a criar uma escultura que, aparentemente, é de metal. O corpo e o desenho são convocados para esta experiência artística.

“MARIONETAS DO MUNDO” DE VICTOR ASSIS

Os alunos visitaram a Exposição. Refletir sobre as diversas marionetas criadas em todo o mundo e sobre o papel que estas desempenharam na cultura mundial, tornando-se “um símbolo de entretenimento, expressão artística e tradição”. História das marionetas em Portugal

“CORAÇÃO DE BOI”

Associação Banquete | Joana Gomes Martins e Júlio Cerdeira

Peça de teatro disfarçada de programa culinário. Texto do dramaturgo Sandro William Junqueira tendo por referência o Banquete de Platão. A representação foi feita em Torredeita no nosso Auditório

LIVRE PARA LER - LIVROS SEM CENSURA
100 LIVROS QUE FORAM PROIBIDOS PELA DITADURA DO ESTADO NOVO.
BIBLIOTECA MUNICIPAL D. MIGUEL DA SILVA - VISEU

Exposição no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e inclui 100 livros que foram proibidos pela ditadura do Estado Novo.

Nela estão representados escritores portugueses e estrangeiros, como Bernardo Santareno, Judith Teixeira, Manuel Alegre, Manuel da Fonseca, Maria Archer, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, Natália Correia, Soeiro Pereira Gomes, Urbano Tavares Rodrigues, Vergílio Ferreira, Albert Camus, André Malraux, Erskine Caldweel, Gustave Flaubert, Jean-Paul Sartre, Jorge Amado, Joseph Conrad, Vladimir Nabokov e muitos outros que viram as suas obras literárias proibidas pela censura.

Acusados de serem imorais, irreligiosos, subversivos, pornográficos, anarquistas, antissociais, de propaganda comunista ou revolucionários, os livros proibidos pela Censura abrangem áreas como a literatura, a política, a economia, a filosofia, a sociologia, a religião, entre outras.

TODAS AS COISAS EXTRAORDINÁRIAS
Companhia Mente de Cão

Um projecto que parte da peça de Duncan Macmillan “Every Brilliant Thing” para criar um processo de colaboração extraordinário entre vários agentes, à volta da criação de uma peça de teatro.

É uma peça de teatro única e inspiradora que fala sobre os temas da depressão e do suicídio, em particular do seu impacto junto dos jovens e das famílias. No final, deixa uma mensagem de força e de esperança aos espectadores, focando em tudo o que torna a vida tão extraordinária.

A(R)RISCAR “LENDAS E TRADIÇÕES”, 8.ª EDIÇÃO
Associação Ajudaris

Encontrar novos talentos na área da ilustração; Promover a descoberta sobre temas ligados à história e cultura portuguesa; Desenvolver a capacidade de expressão artística.

DEUSES DO OLIMPO: EXPOSIÇÃO CASA AMARELA

Exibição de um conjunto de desenhos do arquiteto Luís Teles, a partir da obra “Os Lusíadas”.

O QUE É ESTA COISA CHAMADA JAZZ?
Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra

5ª OFICINA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL

Workshop de interpretação e comunicação nas comunicações interpessoais.

FLUXODRAMA NOVEMBRO TEATRO DE AMARELO
SILVESTRE

“Fluxodrama” é uma abordagem performativa à contemporaneidade permanente de assuntos universais.

Assuntos Políticos, Filosóficos, Éticos, Sociais, Económicos, Ambientais, Religiosos. Assuntos Universais. Uma experiência sócio-teatral que coloca o problema e as questões essenciais do lado de quem assiste. Do lado dos espectadores. Respeitando as regras dos fluxogramas, as perguntas permitem duas possibilidades de resposta: Sim ou Não.

Consoante as respostas, consoante as suas convicções, assim se posicionam os espectadores.

O Sim e o Não frente a frente. Olhos nos olhos. Sem barreiras físicas ou virtuais. Aqui somos nós. São as nossas cabeças a falar através das nossas bocas. “Fluxodrama” é um espetáculo em que pessoas pensam e falam entre si. E em que pessoas se veem a pensar e a falar entre si.



A MINHA LIBERDADE É DE TODOS

Projeto da Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril em parceria com a plataforma independente de jornalismo, cultura e educação Gerador, com o intuito de transformar o lápis azul usado pela censura num símbolo da liberdade de expressão. O resultado integrou um mural digital que tornado público em abril.

EXPOSIÇÃO # ARTIGO 45 CARTAZES ARTESANAIS DO ARQUIVO EPHEMERA

#Artigo45 foi uma exposição itinerante de cartazes artesanais, que integram o arquivo Ephemera, e que foram usados em manifestações de rua, maioritariamente em Viseu, com diferentes temáticas - Geração à Rasca, Que se Lixe a Troika, Greves Estudantis, Marchas LGBT, Dias Internacionais das Mulheres e pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, em prol da Paz e outras.

#Artigo45 chamou a atenção para um dos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, o direito de reunião e de manifestação, e, com ele, todos os outros que a nossa lei fundamental estabelece, como marco iniciático da Democracia e da Liberdade em Portugal.

A Escola participou criando e recebendo na escola cartazes feitos por alunos de outras escolas.

A HORA EM QUE NÃO SABIAMOS DA LIBERDADE: "CONSTRUIR A PAZ COM OS VALORES DE ABRIL"

Compreender a Arte como uma proposta de Democracia. Fomentar a ideia da arte como pedagogia para a liberdade.

Iniciativa no âmbito das comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos.

Os artistas resistiram e constituíram uma abertura e um campo adequado para a apresentação de manifestações artísticas que lutavam pela conquista da expressão livre, pelo que, a cada artista, interessava exprimir como fundo e forma e, em última análise, contribuindo para fomentar uma renovação do panorama artístico português.

ÂMBITO JURÍDICO

PALESTRAS E VISITAS

Visita de estudo à Diretoria Norte da Polícia Judiciária

Conhecer as competências da PJ no âmbito da investigação criminal;
Distinguir exames e perícias; Identificar as perícias realizadas no
Laboratório de Polícia Científica.

Visita de estudo ao Comando Territorial de Viseu da GNR.

Visita ao Comando Distrital de Viseu da PSP.

Palestra com uma Magistrada do Tribunal da Comarca de Viseu Juíz de Direito Andreia Mendes da Silva

A utilização do direito como instrumento de transformação social e de construção da cidadania; Os tribunais como órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo e a sua função de garantir a defesa dos direitos e dos interesses dos cidadãos; Como se ingressa na Magistratura; A função dos Juízes e os princípios que regem a sua atuação; As fases do processo penal.



MÉRITO

Cerimónia de Entrega do Prémio Juíz Conselheiro Armindo Girão

Evento organizado na Escola para distinguir os
melhores alunos do curso em 21|22 e 22|23
com a atribuição do Prémio
Juiz Conselheiro Armindo Girão

Entrega de Diplomas Mérito. Valores. Excelência

Cerimónia Municipal Mérito Educativo Câmara Municipal de Viseu

Atribuição de Prémios aos melhores alunos das
escolas nos diversos cursos

Justiça para Tod@os

Plano Cultural de Escola 2024|2025



32

Justiça, Cultura e Arte são essenciais para a construção da equidade, da igualdade no que diz respeito às diferenças. Entrelaçadas, mobilizam as camadas mais profundas da experiência humana, permitindo a plena realização da vida em cada um de nós, em comunidade.

A justiça, mais do que conjunto de normas ou procedimentos, é instância de contínua reconstrução simbólica e prática, do agir em que o reconhecimento do outro e a dignidade de todos encontram prioridade.

A arte transcende a representação do cotidiano e da natureza: ela amplia as fronteiras do pensamento e da sensibilidade, inventa formas de ver e de viver, cria e ensina possibilidades impensadas.

A cultura, campo da permanente reinvenção humana, é o encontro entre diferentes formas de vida, identidades, diálogos e aprendizagem. E, por isso, do direito não falam apenas os juristas, os catedráticos ou os magistrados.

Do direito podem falar também, e com propriedade, as musas dos poetas, dos pintores, dos arquitetos, dos dramaturgos, dos cineastas, dos romancistas, dos músicos – sempre com grande valia e autoridade, quer por recusarem o dogmatismo quer pela sua refinada compreensão do mundo, da sua abertura e da sua criatividade.

O acesso à justiça pode ser compreendido enquanto direito prioritário para a transformação social e efetivação de garantias da possibilidade da concretização dos direitos civis, políticos e sociais, compreendido, portanto, como requisito fundamental, para a concretização dos direitos; da mesma forma, o acesso à arte como uma ferramenta privilegiada para a promoção e celebração dos Direitos Humanos.

As artes, ao integrarem temáticas de direitos humanos como as alterações climáticas, crise de refugiados ou ascensão de regimes autoritários nas suas práticas, contribuem para o debate e pensamento crítico, afirmando-se como um agente de mudança social.

Libertadora, a arte tem o poder de tocar a alma e produzir experiências transformadoras, além de dar visibilidade a questões relacionadas com a busca por igualdade e dignidade.

A ideia de “direitos humanos” não surge unicamente da Declaração Universal assinada em 1948. Numa rede de ações por um mundo que, efetivamente, cumpra essa visão, a arte é veículo para um diálogo público, experiência estética e formas de participação mais democráticas...

Os projetos em que estamos envolvidos continuam a traduzir uma visão de Escola pluralista de cariz humanista e têm potenciado o estreitamento de parcerias multidimensionais.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

Fundação
Joaquim
dos Santos

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Neste capítulo, apresentamos os factos económicos e financeiros que ocorreram no exercício de 2024, analisados a partir das Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, pelas Demonstrações de Resultados por natureza e por valência, pelos Balancetes analíticos e pelo Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.

O ano de 2024 foi para a Fundação Joaquim dos Santos um ano particularmente difícil ao nível da gestão económica e financeira, devido ao agravamento das circunstâncias do funcionamento da ERPI, cujo impacto é visível na redução do montante de prestação de serviços, e nas condições do jardim de infância que continua a ser financeiramente deficitário; como evolução positiva temos o crescimento do Serviço de Apoio Domiciliário – SAD -, assente numa estratégia de reorganização dos serviços e alargamento do âmbito de ação, nomeadamente na prestação de serviços em novas localidades mais distantes de Torredeita. Já no domínio da formação profissional revelou-se igualmente importante a aprovação de uma candidatura pelo Programa Pessoas 2030 para desenvolver formação financiada no prazo de 3 anos.

Para além dos desafios com que nos defrontámos ao longo do ano, não podemos deixar de referir a enorme dificuldade e atrasos constantes que ocorreram na emissão, pelo município de Viseu, da licença de construção para o arranque as obras da ERPI; ao longo do ano de 2024, já com o concurso público finalizado e o financiamento assegurado, a licença não foi emitida pelos constrangimentos burocráticos daquele serviço público.

Esta situação provocou um atraso de 8 meses no arranque das obras, o que irá alterar o prazo previsto de finalização e consequente abertura do serviço ao público, com consequências na rentabilidade económica e financeira com impacto no plano, inicialmente, traçado.

Ao longo dos pontos que passamos a apresentar são evidenciadas as rubricas que compõem a atividade operacional da Fundação e o impacto que cada valência tem no resultado operacional (EBITDA). De referir que, face aos constrangimentos com que, ano após ano, nos deparamos, alguns muito antigos e de difícil solução, em 2024 conseguimos aumentar o resultado operacional no conjunto de toda atividade, embora o resultado líquido tenha sofrido uma redução, devido ao aumento dos custos financeiros.

1. Investimento

O património da Fundação Joaquim dos Santos é constituído pelos ativos tangíveis que se encontram afetos às diversas atividades que esta desenvolve, bens do património histórico e cultural e pelos terrenos e outras construções.

Em 2024 não houve investimentos significativos. Apenas foram realizados investimentos de manutenção do imobilizado.

2. Endividamento perante as Instituições Financeiras

Durante o ano de 2024, o financiamento bancário da Fundação apresenta um decréscimo que corresponde ao valor do capital amortizado no montante de 93.111.15€.

Em 2024 a Fundação teve a aprovação de uma candidatura ao Fundo de Reestruturação do Setor Social no valor de 330.889,40€ com um prazo de execução de 2 anos, com a finalidade de reestruturar planos de pagamento de acordos com o Instituto da Segurança Social, apoio à tesouraria e investimento em painéis fotovoltaicos. Este apoio financeiro, a pagar em 4 anos, não tem juros nem qualquer outra despesa adicional.

No quadro seguinte apresentamos, em detalhe, o endividamento da Fundação perante as duas instituições bancárias com quem se relaciona.

Quadro1: Endividamento perante as Instituições Bancárias	
Instituição Financeira : Caixa Geral de Depósitos	
1. Financiamento de Médio e Longo Prazo (72 meses)	
1.1. Valor Inicial (abril2017)	200 000,00 €
1.2. Valor amortizado no exercício	24 239,10 €
1.3. Juros Suportados	4 709,83 €
1.4. Comissões de Gestão	1 052,20 €
1.5. Valor em dívida a 31-12-2024	44 438,35 €
2. Conta Corrente Caucionada - Protocolo POCH	
2.1. Plafond da Conta Corrente Caucionada	250 000,00 €
2.2. Juros Suportados	8 422,04 €
2.3. Comissões de Gestão	5 219,11 €
2.4. Valor utilizado a 31-12-2024	250 000,00 €
Instituição Financeira : Montepio Geral	
3. Empréstimo Medio Longo Prazo - Linha Protocolada (72 meses)	
3.1. Valor Inicial (nov.2020)	100 000,00 €
3.2. Valor amortizado no exercício (carencia 18 meses)	48 888,84 €
3.3. Juros Suportados	4 356,55 €
3.4. Comissão de Gestão	200,00 €
3.5. Valor em dívida a 31-12-2024	51 111,16 €
4. Empréstimo Medio Longo Prazo - Linha Protocolada (72 meses)	
4.1. Valor Inicial (dez.2021)	100 000,00 €
4.2. Valor amortizado no exercício (carencia 18 meses)	22 544,31 €
4.3. Juros Suportados	4 540,25 €
4.4. Comissões e Serviços Bancários	215,79 €
4.5. Valor em dívida a 31-12-2024	77 455,69 €
5. Empréstimo Medio Longo Prazo (120 meses)	
4.1. Valor Inicial (jun.2022)	127 500,00 €
4.2. Valor amortizado no exercício (carencia 18 meses)	16 440,43 €
4.3. Juros Suportados	7 559,54 €
4.4. Comissões e Serviços Bancários	316,77 €
4.5. Valor em dívida a 31-12-2024	111 059,57 €
5. Conta Corrente Caucionada-FJS	
5.1. Plafond da Conta Corrente Caucionada	105 000,00 €
5.2. Juros Suportados e Comissões	5 823,69 €
5.3. Valor utilizado a 31-12-2024	60 237,28 €
6. Leasing Automovel (48 meses)	
6.1. Valor Inicial (nov.2020)	15 975,01 €
6.2. Valor amortizado no exercício	3 543,48 €
6.3. Juros Suportados	644,72 €
6.4. Valor em dívida a 31-12-2024	- €
Total Emp Correntes	310 237,28 €
Total	284 064,77 €
Total	594 302,05 €

3. Atividade de Exploração Consolidada

A atividade de exploração consolidada da Fundação, composta pelos três principais eixos de atuação, crianças, idosos e escola profissional, é apresentada no quadro seguinte, para o ano de 2024, com a sua evolução ao longo dos três últimos exercícios económicos.

Volume de Negócios da FJS	2024		2023		2022	
Resposta Social Idosos						
Prestações Serviços	473 527,04 €		480 162,29 €		439 347,95 €	
Subsidios à Exploração	349 699,92 €		311 891,66 €		311 226,45 €	
Total	823 226,96 €	49%	792 053,95 €	51%	750 574,40 €	53%
Resposta Social Crianças						
Prestações Serviços	89 740,39 €		88 508,49 €		111 990,85 €	
Subsidios à Exploração	375 754,58 €		353 983,92 €		323 444,04 €	
Total	465 494,97 €	28%	442 492,41 €	28%	435 434,89 €	30%
Escola Profissional						
Prestações Serviços	140,00 €					
Subsidios à Exploração	328732,56		282 663,08 €		255 218,37 €	
Total	328 872,56 €	20%	282 663,08 €	18%	255 218,37 €	17%
Centro de Formação FJS						
Prestações Serviços	- €					
Subsidios à Exploração	11 009,00 €					
Total	11 009,00 €	1%				
Outras Valências						
Vendas e Prestações de Serviços	41 804,66 €		42 912,43 €		29 659,87 €	
Subsidios à Exploração	2 670,70 €		2 232,45 €		2 782,70 €	
Total	44 475,36 €	3%	45 144,88 €	3%	32 442,57 €	2%
Volume de Negócios Consolidado	1 673 078,85 €	100%	1 562 354,32 €	100%	1 473 670,23 €	102%
CMVMC	153 158,69 €		133 354,91 €		85 776,51 €	
FSES	394 315,29 €		368 523,51 €		451 356,98 €	
Custos com Pessoal	1 107 139,92 €		1 050 870,41 €		1 013 224,67 €	
Outros Custos Operacionais	12 806,26 €		3 721,50 €		7 998,88 €	
Outros Proveitos Operacionais	18 795,04 €		16 110,07 €		42 624,69 €	
Resultado Operacional (EBITDA)	24 453,73 €		21 994,06 €		- 42 062,12 €	
Amortizações Exercício	66 447,28 €		68 784,33 €		48 443,26 €	
Custos Financeiros	47 864,93 €		35 622,95 €		29 322,14 €	
Resultado Líquido	- 89 858,48 €		- 82 413,22 €		- 119 827,52 €	

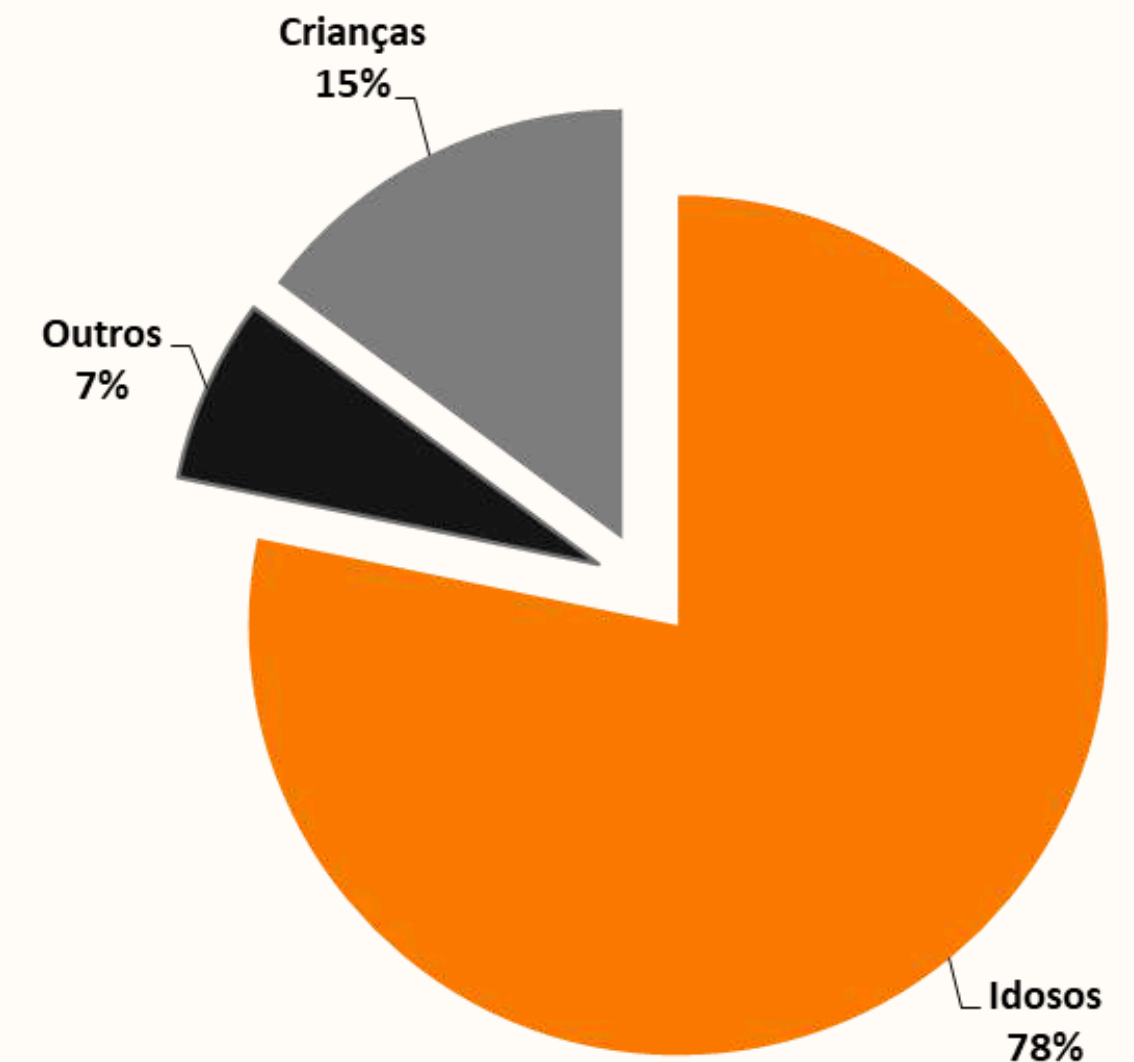
Os rendimentos do ano de 2024, comparativamente com os do ano de 2023, registaram um aumento de, aproximadamente, 7%, para os quais contribuíram todas as valências, embora com rúbricas diferentes. A Resposta Social de Apoio ao Idoso, constituída pela ERPI e SAD, diminuiu a receita proveniente da prestação de serviços na ERPI, devido à redução de clientes provocada pela imposição do CDISS de Viseu, que não permite ter mais clientes do que os que estão no Acordo de Cooperação (20 utentes). No SAD registou-se um aumento significativo de clientes e, conseqüentemente, aumento das receitas próprias e dos montantes dos subsídios à exploração.

Quanto à RSC cresceu na rúbrica de subsídios assim como o volume de receitas provenientes da prestação de serviços, embora muito ligeiramente, devido à Creche e do Centro de Atividades de Tempos Livres, contrariamente ao Jardim de Infância que continua a diminuir o volume de receitas próprias.

Na Escola Profissional registou-se um aumento do volume de subsídios do Programa Pessoas2030 em, aproximadamente, 16%, devido ao aumento dos subsídios atribuídos aos alunos, nomeadamente os subsídios de alojamento e refeição a alunos imigrantes que, no programa anterior, não eram elegíveis. O número de turmas, 3 no total, mantém-se estável. Em novembro de 2024 arrancou o projeto do Centro de Formação FJS para formação modular de curta duração destinada a empregados e desempregados, na modalidade de financiada e não financiada. A formação financiada resultou de uma candidatura realizada e aprovada no valor de 223 777,00 € a executar no prazo de 3 anos. Em 2024, no mês de dezembro, foram executados 11.009,00€

O quadro e gráficos seguintes ilustram a informação relativa aos rendimentos da Fundação, numa perspetiva setorial (por valência) e por natureza.

Vendas e Prestação de Serviços

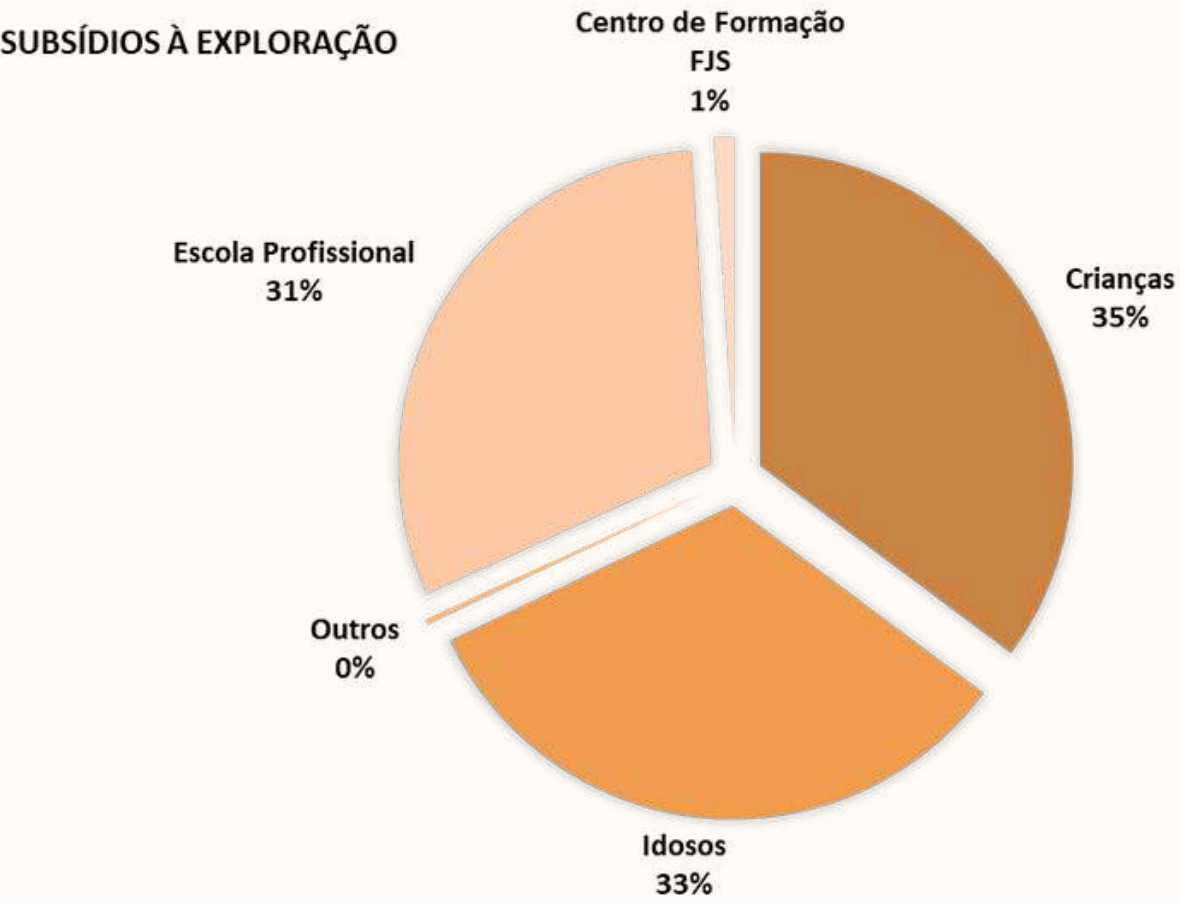


Rendimentos Exercício de 2024	Respostas Sociais de apoio a Crianças	Respostas Sociais de apoio a Idosos	Escola Profissional	Centro de Formação FJS	Outros Serviços	Total
Vendas e Prestações de Serviços	89 740,39 €	473 527,04 €	140,00 €		41 804,66 €	605 212,09 €
Subsídios à Exploração	375 754,58 €	349 699,92 €	328 732,56 €	11 009,00 €	2 670,70 €	1 067 866,76 €
Outros Rendimentos e Ganhos	9 141,77 €	8 503,27 €	830,00 €		320,00 €	18 795,04 €
Total de Rendimentos em 2024	474 636,74 €	831 730,23 €	329 702,56 €	11 009,00 €	44 795,36 €	1 691 873,89 €
Total de Rendimentos em 2023	448 729,65 €	801 233,28 €	282 869,58 €	- €	45 331,88 €	1 578 164,39 €
Variação €	25 907,09 €	30 496,95 €	46 832,98 €	11 009,00 €	- 536,52 €	113 709,50 €
Variação %	6%	4%	17%		-1%	7%

Os rendimentos do ano de 2024, comparativamente com os do ano de 2023, registaram um aumento de, aproximadamente, 7%, para os quais contribuíram todas as valências, embora com rubricas diferentes.

A Resposta Social de Apoio ao Idoso, constituída pela ERPI e SAD, diminui a receita proveniente da prestação de serviços na ERPI, devido à redução de clientes provocada pela imposição do CDISS de Viseu, que não permite ter mais clientes do que os que estão no Acordo de Cooperação (20 utentes). No SAD registou-se um aumento significativo de clientes e, consequentemente, aumento das receitas próprias e dos montantes dos subsídios à exploração.

Quanto à RSC cresceu na rubrica de subsídios assim como o volume de receitas provenientes da prestação de serviços, embora muito ligeiramente, devido à Creche e do Centro de Atividades de Tempos Livres, contrariamente ao Jardim de Infância que continua a diminuir o volume de receitas próprias.



Os Subsídios à Exploração das atividades da Fundação são constituídos, na quase globalidade, pelo ISS e pelo PESSOAS 2030, nas áreas de apoio e proteção social e formação profissional. Como podemos observar, verifica-se um aumento dos subsídios do ISS, devido à atualização dos Acordos de Cooperação, mas, também, devido ao aumento dos clientes de SAD. Quanto à CMV, corresponde aos Protocolos para os Programas Atividade Sénior e Escola Ativa estabelecidos com o município.

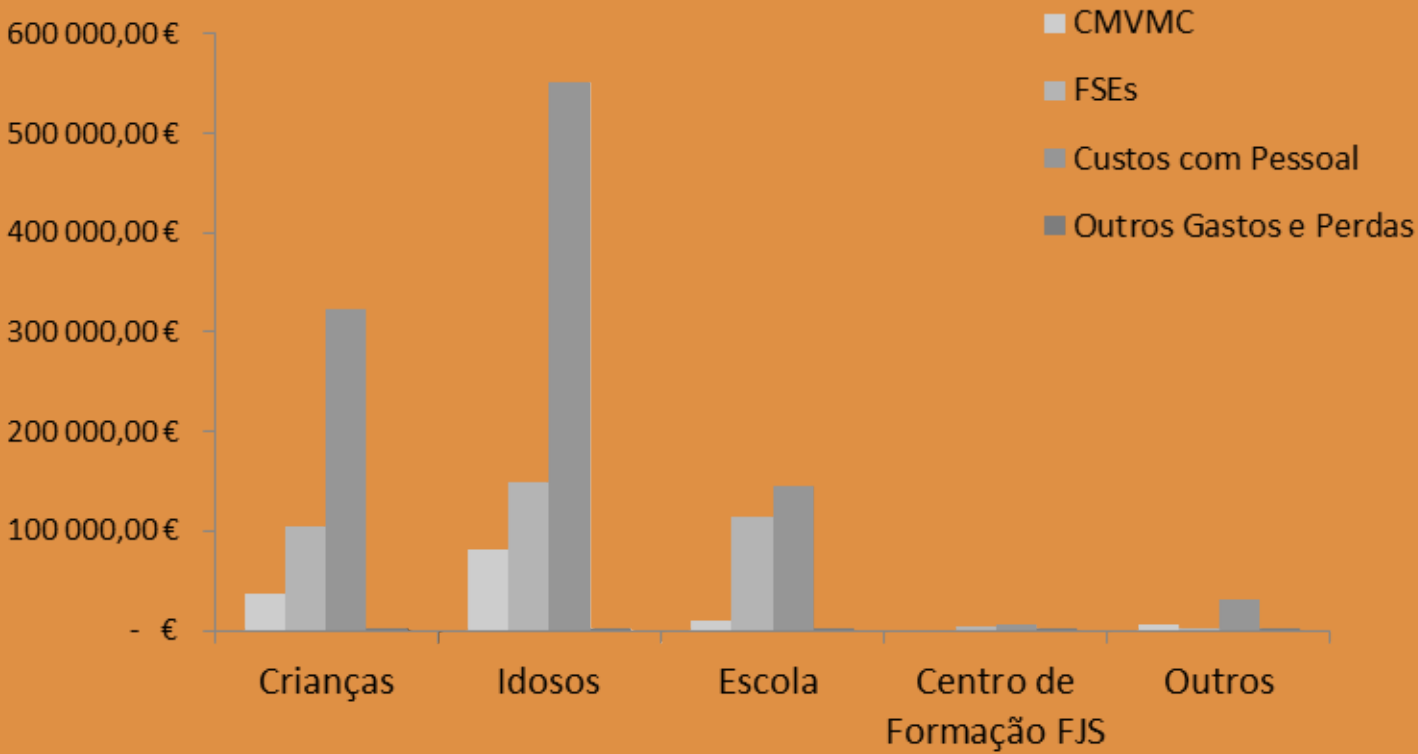
4.Custos do Exercício

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura detalhada dos custos por valência verificados no ano de 2024:

Custos do Exercício de 2024	Respostas Sociais					Total
	de apoio a Crianças	Respostas Sociais de apoio a Idosos	Escola Profissional	Centro de Formação FJS	Outros	
CMVMC	42 562,18 €	88 230,86 €	7 246,63 €		15 119,02 €	153 158,69 €
FSEs	111 046,13 €	140 690,79 €	137 709,64 €	4 816,56 €	52,17 €	394 315,29 €
Custos com Pessoal	355 649,52 €	558 477,47 €	180 080,94 €	6 501,49 €	6 430,50 €	1 107 139,92 €
Outros Gastos e Perdas	3 298,25 €	3 273,78 €	3 323,53 €	240,00 €	2 670,70 €	12 806,26 €
Total de Custos em 2024	512 556,08 €	790 672,90 €	328 360,74 €	11 558,05 €	24 272,39 €	1 667 420,16 €
Total de Custos em 2023	448 729,65 €	801 233,28 €	282 869,58 €	- €	45 331,88 €	1 578 164,39 €
Variação €	63 826,43 €	- 10 560,38 €	45 491,16 €	11 558,05 €	- 21 059,49 €	89 255,77
Variação %	14%	-1%	16%		-46%	5,66%

De acordo com a observação do quadro, no global, os custos do ano de 2024 registaram um aumento de 5,66 % relativamente ao ano anterior. Este aumento tem a sua justificação no aumento dos salários, principalmente a atualização do salário mínimo nacional, o aumento dos FSE na escola profissional, uma vez que, a partir de 2024, os apoios a alunos provenientes dos PALOPs passaram a ser, novamente, elegíveis no quadro financeiro do FSE e o aumento do custo com a aquisição dos géneros alimentares devido à subida dos preços destes bens e ao aumento do fornecimento de refeições no SAD.

O gráfico seguinte realça o peso significativo dos custos por natureza e valência.



De seguida, apresentamos os custos com os FSEs, onde é possível verificar o montante de cada rubrica.

No que concerne aos FSEs, verifica-se um acréscimo em relação ao ano anterior de cerca de 25K, com rubricas a aumentar como é o caso dos contratos de prestação de serviços (honorários), a deslocações e estadas, esta última relacionada com o aumento dos subsídios atribuídos aos alunos. O aumento dos honorários justifica-se pelo aumento da contratação de serviços a trabalhadores independentes (trabalhos de limpeza e manutenção dos espaços exteriores, candidaturas financeiras e respetivos reembolsos, formadores e serviços de enfermagem).

Fornecimentos e Serviços Externos	2024	%
Trabalhos Especializados	30 228,44 €	7,67%
Publicidade e Propaganda	12 218,27 €	3,10%
Vigilância e Segurança	624,40 €	0,16%
Honorários	142 520,40 €	36,14%
Conservação e Reparação	17 504,14 €	4,44%
Serviços Bancários	9 249,99 €	2,35%
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	2 867,63 €	0,73%
Material de Escritório	4 239,21 €	1,08%
Artigos para Oferta	2 204,92 €	0,56%
Materia Didático e Pedagógico	2 978,75 €	0,76%
Alojamento e Rouparia	1 224,61 €	0,31%
Electricidade	30 507,70 €	7,74%
Combustíveis	48 329,52 €	12,26%
Água	4 645,28 €	1,18%
Deslocações, estadas e transportes	32 897,83 €	8,34%
Rendas e Alugueres	17 756,99 €	4,50%
Comunicação	11 526,79 €	2,92%
Seguros	17 606,99 €	4,47%
Limpeza, Higiene e Conforto	4 354,90 €	1,10%
Outros Serviços	828,53 €	0,21%
Total de FSE	394 315,29 €	100%

Quanto aos Custos com o Pessoal, a sua decomposição encontra-se da seguinte forma:

Custos Com Pessoal	2024	%
Remunerações do Pessoal	895 907,56 €	80,92%
Encargos sobre Remunerações	198 024,52 €	17,89%
Seguros com Pessoal	7 651,31 €	0,69%
Outros Gastos com Pessoal	5 556,53 €	0,50%
Total de Custos com Pessoal	1 107 139,92 €	100%

À semelhança dos últimos, podemos observar que tem existido uma reorganização dos recursos humanos de toda a Fundação, no sentido de adequar os recursos existentes às reais necessidades de cada valência, reforçando no que é essencial e prioritário para a concretização dos objetivos estratégicos.

O quadro seguinte mostra o peso desta rubrica em cada resposta social.

	2022	2023	2024	% C.Pess.
Crianças	340 002,32 €	323 946,83 €	355 649,52 €	32%
Idosos	535 896,36 €	550 902,29 €	558 477,47 €	50%
Escola Profissional	100 084,56 €	144 644,81 €	180 080,94 €	16%
Centro de Formação FJS			6 501,49 €	1%
Outros	37 241,33 €	31 376,48 €	6 430,50 €	1%
Total	1 013 224,57 €	1 050 870,41 €	1 107 139,92 €	100%

5. Resultados do Exercício

O quadro seguinte apresenta a formação do resultado operacional (EBITDA) e do resultado líquido do exercício económico.

	Respostas Sociais de apoio a Crianças	Respostas Sociais de apoio a Idosos	Escola Profissional	Centro de Formação FJS	Outros Serviços	Total
Total de Proveitos Operacionais	474 636,74 €	831 730,23 €	329 702,56 €	11 009,00 €	44 795,36 €	1 691 873,89 €
Total de Custos de Exploração	512 556,08 €	790 672,90 €	328 360,74 €	11 558,05 €	24 272,39 €	1 667 420,16 €
Resultado Operacional (EBITDA)	- 37 919,34 €	41 057,33 €	1 341,82 €	- 549,05 €	20 522,97 €	24 453,73 €
Amortizações do Exercício						66 447,28 €
Gastos de Financiamento						47 864,93 €
Resultado Líquido do Período						- 89 858,48 €

2024

Fundação
Joaquim
dos Santos



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Fundação Joaquim dos Santos, Instituição Particular de Solidariedade Social**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 2.603.529,24 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.053.744,23 euros, incluindo um resultado líquido negativo de (89.858,48) euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude a ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

3

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Viseu, 12 de maio de 2025

Nuno Oliveira & Sousa, SROC, Lda.

Inscrita na lista da SROC sob o n.º 323

Contribuinte n.º 514 678 747

Sede: Rua Cinco de Outubro, nº 313, 1º Esq. 4100-175 Porto

Escrit: R. D. António Alves Martins, 14-1º Sala BD-3500-078 Viseu

Telef.: 232 426 634 • Telex.: 917 238 784

Nuno Oliveira & Sousa – SROC, Lda. (SROC N.º 323)

Representada por: António Nuno Mendes Marques de Oliveira (ROC N.º 906)